



**ABAETETUBA-PA**  
**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TERRITORIALIDADE:  
UM OLHAR SOBRE O CAMPUS AGRÍCOLA DE PORTO GRANDE/IFAP\***

**Pedro Clei Sanches Macedo<sup>1</sup>;**  
Mestre em Educação Agrícola/UFRRJ

<sup>1</sup>*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pedroclei@hotmail.com*

### **RESUMO**

Este trabalho apresenta os resultados do estudo sobre a educação profissional no contexto do desenvolvimento territorial a partir da implantação do Campus Agrícola de Porto Grande do Instituto Federal do Amapá, destacando seus avanços, finalidades e desafios. A implantação do Campus Agrícola de Porto Grande está relacionada ao conjunto de políticas de governo federal voltadas para a educação profissional e tecnológica com destaque a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o território nacional. O estudo bibliográfico e documental apresenta os caminhos percorridos pelo IFAP na implantação do Campus Agrícola de Porto Grande, evidenciando os primeiros cursos implantados e sua relação como o desenvolvimento territorial. Os resultados revelam a vocação agrícola do Município de Porto Grande e a importância da oferta de cursos técnicos de nível médio com viés agrícola para o fortalecimento do setor primário, da agricultura familiar, do agronegócio e o do desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Educação Profissional; Territorialidade; Institutos Federais.

### **1. Introdução**

Com a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, aumentou consideravelmente o número de unidades de ensino em todo o território nacional, atingindo todas as capitais e as principais cidades do interior brasileiro.

A territorialidade e o desenvolvimento se sustentam com um dos pilares desta proposta, buscando dar consequência a articulação da educação com o desenvolvimento econômico que se realiza no território, ordenado segundo a lógica do arranjo educativo – local, regional ou nacional. Molina (2006) destaca que a educação não existe fora do território, assim como a cultura, a economia e todas as outras dimensões. A análise separada das relações sociais e dos territórios é uma forma de construir dicotomias. Essa relação deve ser analisada em sua complexidade, pois os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento.

O conceito de território vem permeando as políticas de educação profissional a partir da expansão dos Institutos Federais, reconhecendo o desenvolvimento local e regional como um espaço fundamental para a construção e democratização do conhecimento. Nesse conjunto, a

---

\* Esta pesquisa é resultado de um trabalho realizado durante o Mestrado em Educação Agrícola/UFRRJ, e complementada a partir de dados atualizados.



educação profissional e tecnológica revela-se uma das estratégias principais através de uma reorganização da rede, articulando saberes e experiências. Esta oferta vem se organizando em etapas, modalidades e níveis educacionais não apenas em uma unidade, mas a partir de uma relação intrínseca da educação profissional com a ordenação do território e com o desenvolvimento econômico e social.

Segundo Silva (2009), uma das questões orientadoras do processo de negociação para a criação dos institutos federais foi o limite geográfico dos estados da federação, pois uma das metas cumpridas pelo governo federal foi a de se implantar unidades em todos os estados. Assim, os Institutos Federais apresentam-se como proposta singular de organização e gestão, constituindo um marco nas políticas educacionais no Brasil, no intuito de atender às demandas do desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como os arranjos produtivos e tecnologias educacionais próprias.

Neste sentido, considerando a questão da territorialidade para a criação dos Institutos Federais, é que apresento este estudo sobre o Campus Agrícola de Porto Grande a partir de uma abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e análise documental.

## 2. O Instituto Federal do Amapá e o Desenvolvimento Territorial

Em 29 de dezembro de 2008, é aprovada a Lei 11.892 que cria os Institutos Federais, entre eles, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). A partir de então, o IFAP insere-se no cenário amapaense com o desafio de ser uma referência local e regional na oferta de educação profissional, enquanto instituição pública e gratuita.

No período de 2010 a 2014, o IFAP se apresenta em fase de implantação, atendendo o planejamento realizado a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A partir de 2015 o PDI é reformulado e prevê a implantação de novos *campi* com o objetivo de expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio e superior para outros municípios.

A escolha para implantação de novos *campi* seguiu os critérios adotados pelo governo federal para definir o número de escolas de educação profissional por estado entre os quais o baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e a porcentagem de jovens de 14 a 18 anos nas séries finais do ensino fundamental. Na escolha dos municípios, considerou a universalização do atendimento aos territórios da cidadania, a alta porcentagem de extrema pobreza, municípios com população acima de 50 mil habitantes e os municípios com arranjos produtivos locais.

Após a fase 1 e fase 2 de implantação do IFAP, onde foram contemplados os municípios de Macapá e Laranjal do Jari, com a implantação de seus respectivos *campi*, a fase 3 contemplou os



municípios de Santana e Porto Grande, com mais dois *campi*, além do município de Oiapoque com a implantação de um campus avançado e o Município de Pedra Branca do Amapari, com a instalação de um Centro de Referência.

A Lei 11.892/2008 ressalta no inciso I do artigo 6º, como finalidade dos Institutos Federais, colaborar para o desenvolvimento local, regional e nacional e o parágrafo 3º do artigo 2º coloca a área de atuação territorial da instituição como limite de abrangência de sua autonomia para criação e extinção de cursos. Esses trechos destacam a importância do território na concepção dos Institutos Federais e na definição dos limites de sua atuação.

Silva (2009) evidencia ainda, que é importante ouvir e articular as demandas do território onde essas instituições estão inseridas, *“com suas possibilidades científicas e tecnológicas, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a construção da cidadania”*.

Freitas Júnior e Sanchez (2011, p. 38) afirmam que a consolidação do projeto dos Institutos Federais como instrumento de desenvolvimento local e regional, deve passar pela identificação das demandas a que cada campus se propõe a atender, o que, exige obrigatoriamente, a delimitação da área dessa atuação, e a clareza de quais atividades produtivas se desenvolve nessa região de abrangência.

### **3. O Campus Agrícola de Porto Grande e seu papel para o desenvolvimento local**

A escolha do município de Porto Grande para implantação de um campus do IFAP atendeu os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), considerando o seu baixo IDEB e a porcentagem de jovens e adolescentes que frequentam as séries finais do ensino fundamental. Além do mais, esta escolha considerou a integração do município entre os territórios da cidadania.

Em relação à questão da territorialidade, o município de Porto Grande atendeu os critérios estabelecidos pelo MEC por fazer parte do Território Centro Oeste do Amapá que contempla os municípios de Porto Grande, Ferreira Gomes, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. O Território Centro Oeste faz parte da Messorregião Sul do Amapá e da Microrregião Macapá, área territorial conhecida como Perimetral Norte soma 26.796 km<sup>2</sup>, o que representa 18,7 % da área total do Estado do Amapá. O território se limita ao norte e nordeste com o Território Rural com o Extremo Norte, ao sul com as cidades de Santana e Macapá, e com o Território Sul, ao oeste com o Território Sul e a leste com o Território dos Lagos (MDA, 2011).

O Território Centro Oeste tem 73% de sua área protegida por meio de algum tipo de conservação e de que mesmo em áreas não protegidas, grande parte continua com a natureza



intacta, possuindo uma biodiversidade exuberante. Entretanto, o território anseia por políticas adaptadas à sua realidade local, principalmente no setor agrícola. Ainda são necessários investimentos em programas de produção agrícola que permitam um aumento de produtividade agrícola, tornando a agricultura familiar rentável.

O município de Porto Grande, tem suas confrontações limítrofes com os municípios de Mazagão, Santana, Macapá, Ferreira Gomes e Pedra Branca do Amapari. Possui uma área de 4.41,8 km<sup>2</sup>. De acordo com IBGE (2010) a população total é de 16.825 habitantes, sendo 63,95% habitam na área urbana e 36,05% na área rural. Sua agricultura é a mais desenvolvida dentre os demais municípios amapaenses, com o nível tecnológico adotado de práticas culturais bastante evoluído. Apesar de produzir arroz, feijão, mandioca, milho, pimenta-do-reino, laranja, limão e abacaxi, essa produtividade ainda é considerada baixa se for levado em conta a média de produção (MORAIS, 2011).

Considerando o potencial agrícola do Município de Porto Grande, o Instituto Federal do Amapá, realizou estudos para a implantação de cursos técnicos e tecnológicos que atendam os arranjos produtivos locais, a partir de audiências públicas e pesquisa de mercado.

Em 2013, iniciou-se o processo de construção do prédio para a instalação de um campus de educação profissional no município de Porto Grande. O projeto arquitetônico para a construção desse campus, foi financiado pelo Programa Brasil Profissionalizado, e contemplou 12 salas de aula, 6 laboratórios básicos, auditório, biblioteca, teatro de arena, refeitório, área de vivência, quadra poliesportiva coberta e 2 laboratórios.

Mesmo antes de sua instalação, uma das primeiras atividades de educação profissional ofertada pelo IFAP no Município de Porto Grande foi a qualificação de jovens e adultos do campo, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec Campo). A iniciativa foi resultado de uma parceria entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Educação (MEC) para a oferta cursos de educação profissional e tecnológica para os públicos da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e da reforma agrária.

Os primeiros cursos ofertados pelos IFAP através do Pronatec Campo foram realizados em 2013 nos municípios de Porto Grande e Vitória do Jari, entre eles, os cursos de Açaicultor, Fruticultor, Agente de Desenvolvimento Socioambiental e Auxiliar de Fiscalização Ambiental. A figura abaixo mostra umas das aulas práticas realizadas no Curso de Açaicultor em um dos assentamentos agrícolas da comunidade local:





**Figura 2** – Aula de Campo do Curso de Açaicultor no Município de Porto Grande



**Fonte:** Acervo fotográfico próprio.

Durante os anos 2015 e 2016, o campus funcionou, provisoriamente, na Escola Estadual Maria Cristina Botelho, com a oferta dos primeiros cursos técnicos no eixo de educação agrícola, como Agropecuária e Agronegócio. A oferta desses cursos buscou atender a demanda local considerando os aspectos econômicos e o modelo de desenvolvimento adotado pelo município, por ser um dos principais polos agrícolas do Estado do Amapá.

O Campus Agrícola de Porto Grande somente iniciou suas atividades na sede definitiva no primeiro semestre de 2017, ampliando sua oferta de seus cursos:

**Tabela 1** – Cursos ofertados pelo Campus Agrícola nos anos de 2015 a 2017 – Eixo Agrícola

Curso	Modalidade	Vagas Ofertadas		
		2015	2016	2017
Curso Técnico em Agronegócio	Subsequente ao Ensino Médio	80	120	80
Curso Técnico em Agroecologia	Subsequente ao Ensino Médio		40	80
Curso Técnico em Agropecuária	Integrado ao Ensino Médio	-	80	80
Curso Técnico em Agronegócio	Integrado ao Ensino Médio	-	-	40
Curso Técnico em Agroecologia	Integrado ao Ensino Médio	-	-	40
Curso Técnico em Agronegócio	Integrado ao Ensino Médio/PROEJA	-	40	40

**Fonte:** Instituto Federal do Amapá. Editais – 2015 - 2017.

A perspectiva de atuação do Campus Agrícola de Porto Grande está no atendimento dos arranjos produtivos locais, articulada as demandas do território, principalmente na preparação e qualificação de profissionais que atuem na própria região. É importante que visualize a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.



## 4. Conclusões

A implantação de uma unidade de educação profissional com vocação agrícola no Município de Porto Grande é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento territorial, pois além de atender a população local, atende os municípios que fazem parte do território Centro Oeste.

O Campus Agrícola de Porto Grande, além de considerar os principais arranjos produtivos locais, potencializa o setor primário no Estado do Amapá, com a oferta de cursos técnicos e tecnológicos voltados para a agricultura familiar, agronegócio e desenvolvimento regional.

É de fundamental importância que os Institutos promovam o desenvolvimento territorial, por meio de propostas educacionais, que permitam de maneira efetiva, o acesso gratuito e de qualidade à educação profissional e tecnológica. É a partir de sua institucionalização, que o Campus Agrícola de Porto Grande abrirá espaço para o atendimento aos jovens e adultos com a oferta de educação profissional, e o fortalecimento do diálogo com a comunidade e com os arranjos produtivos locais.

## Referências:

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2008b.

FREITAS JUNIOR, Vanderlei; SANCHEZ, Sandra Barros. **Identificação dos limites de abrangência institucional:** uma abordagem sobre território e arranjos produtivos locais. In: Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ). Ano II, nº 03/04, jan-dez 2011. P.37-67.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sul do Amapá: Centro Oeste do Amapá.** Programa Integrado de Ações Sócioambientais da Amazônia Oriental. Macapá: Parceiro, 2011.

MOLINA, M. C., (org.). **Educação do campo e pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MORAIS, P. D. **Amapá em perspectiva:** municípios do Amapá. Macapá: JM Editora Gráfica, 2011.

PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP. Macapá – AP, 2012.

SILVA, C. J. R. (org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008:** comentários e reflexões. Natal, RN: IFRN, 2009.